

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
APELAÇÃO CRIMINAL nº 0000988-25.2016.8.10.0028, 0 1º Apelante: Carlos do
Espírito Santo Advogado (a): Ibraim Correa Conde 1º Apelado: Ministério
Público do Estado do Maranhão 2º Apelante: Ministério Público do Estado do
Maranhão 2º Apelado: Carlos do Espírito Santo Advogado (a): Ibraim Correa
Conde Relator: Desembargador GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR Revisor:
Desembargadora Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro PENAL. APELAÇÃO
CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ILICITUDE. ELEMENTOS PROBATÓRIOS
SUFICIENTES. IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO ABSOLUTÓRIO. DOSIMETRIA. TRÁFICO
PRIVILEGIADO. PRESENÇA DOS REQUISITOS. FRAÇÃO REDUTORA ESTABELECIDADA NO
MÍNIMO DE UM SEXTO. GRANDE QUANTIDADE DE MACONHA APREENDIDA.
INTERESTADUALIDADE COMPROVADA. MAJORAÇÃO DA PENA EM UM SEXTO.
ESTABELECIMENTO DO REGIME PRISIONAL MAIS GRAVE. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS
JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. ALTERAÇÃO PARA O SEMIABERTO. I- Comprovadas a
materialidade e autoria delitiva do crime de tráfico ilícito de
entorpecentes, corroboradas pela prova testemunhal e pela apreensão da
droga na posse do réu em ônibus de turismo, a improcedência do pleito
absolutório é a medida que se impõe. II – Consoante o entendimento do
Superior Tribunal de Justiça, a quantidade e a natureza da droga
apreendida, por si só, não são suficientes para embasar a conclusão de que
o réu se dedica a atividades criminosas ou que integra organização
criminosa, não servindo, assim, de fundamento para afastar a forma
privilegiada prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006. III – Na
hipótese em que a pesagem da droga é utilizada na terceira fase da
dosimetria da pena para definir a fração redutora do tráfico privilegiado,
o desabono das circunstâncias judiciais elencadas no art. 59 do Código
Penal somente deve ter fundamento em outros elementos concretos e
específicos do caso que não sejam constitutivos do crime. IV –
Considerando a grande quantidade de entorpecentes apreendidos (cento e
vinte quilos), é justificável que a redução pela forma privilegiada seja
na fração mínima de 1/6 (um sexto). V – Uma vez caracterizado o tráfico
entre estados da Federação, é cabível o aumento da pena, que pode ser de
um sexto a dois terços, conforme o disposto no art. 40, V, da Lei de
Entorpecentes. VI – Inexistindo circunstâncias judiciais desfavoráveis ao
réu condenado por tráfico privilegiado, é mais adequado que se estabeleça
para o cumprimento da reprimenda de reclusão inferior a 05 (cinco) anos e
superior a 04 (quatro) o regime inicial semiaberto, seguindo os critérios
quantitativos dispostos no art. 33 do CP, em vista dos fins da prevenção
especial positiva da pena. VII – Apelos conhecidos, sendo o primeiro
parcialmente provido e o segundo desprovido. São Luís/MA, data do sistema.
GERVÁSIO Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator (ApCrim
0000988-25.2016.8.10.0028, Rel. Desembargador (a) GERVÁSIO PROTÁSIO DOS
SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 15/02/2023)